

Reforma política

* 2 JUN 1991

O GLOBO

JOSÉ GENOINO

Certamente, uma das dimensões mais agudas da crise brasileira diz respeito à crise enfrentada pela própria atividade política. Largas parcelas da população estão desiludidas e descrentes de que a política possa alterar positivamente suas vidas; a política é identificada com a corrupção, com o fisiologismo, com a demagogia, é vista como uma coisa intrinsecamente suja, própria dos aproveitadores e carreiristas.

Essa postura de descrença, disseminada no senso comum, apreende na superfície o que de fato tem sido predominantemente na política brasileira. É uma reação espontânea e desesperançada a uma tradição secular que fincou sólidas raízes em nosso país. Refiro-me à tradição do clientelismo, do nepotismo, do tráfico de influências, dos pequenos e grandes favores, a tradição que trata a esfera pública como coisa privada e que submete o Estado aos interesses cartoriais e corporativos de grupos particulares. O Brasil nas últimas décadas sofreu mudanças profundas, mas essa herança cultural nefasta continua impregnando a ação política.

O quadro é ampliado na atualidade pela intensa e acrítica utilização de modernas técnicas de marketing que fazem da política uma ação essencialmente propagandística e mercadológica. Assim, o moderno e o arcaico se fundem para marginalizar o povo, estimular a passividade e sedimentar concepções antidemocráticas na sociedade de persuasão, a política degrada-se cada vez mais numa técnica impositiva e manipulatória. Ao invés de ser um ato emancipatório, degenera-se numa forma de enganação e de dominação.

Entretanto, é importante perceber que embora seja parcialmente fundada a descrença na política existente no senso comum, ela é uma conduta puramente negativa que nos coloca

num círculo vicioso que só reforça o **status quo**. É uma atitude automarginalizadora e essencialmente impotente que precisa ser superada por uma crítica radical da política brasileira. Uma crítica que seja verdadeiramente capaz de ir às raízes, expondo os fundamentos da cultura política dominante e apontando um caminho positivo que possibilite romper com esta cultura e resgatar a dimensão emancipadora da política. Penso que isto não será possível se não através da própria política. Mas desde que mobilizemos todos os esforços para a realização de uma autêntica reforma da política, visando a democratização, sua moralização e sua efetiva modernização.

Uma reforma desse gênero requer um processo prolongado e complexo que não poderá prescindir de uma autêntica mudança cultural. A mobilização da sociedade civil é decisiva nesse sentido. Somente com o fortalecimento e a atuação autônoma e politizada das mais diferentes instituições da sociedade civil será possível mudar hábitos e concepções fortemente arraigados na nossa cultura política. É urgente constituir um movimento de envergadura disposto a travar uma luta decidida com esse objetivo, pois do contrário teremos uma degradação ainda maior da política brasileira.

De outro lado, a reforma da política exige que se destaque o papel do Congresso Nacional. É no Congresso que o movimento por reformas deverá desaguar, tendo em vista que as alterações de caráter legal compatíveis com as mudanças políticas desejadas terão necessariamente de passar pelo Poder Legislativo. Sendo assim, é imprescindível efetivar, antes de mais nada, uma reforma do próprio Congresso, pois no atual contexto ele está pouco capacitado para ter uma atuação renova-

dora na política. Apesar dos avanços democráticos conquistados nos últimos anos o Congresso Nacional continua sendo um poder tutelado, pouco permeável às demandas da sociedade, conservador, com um funcionamento pouco racional e uma estrutura deformada por privilégios e mordomias.

A reforma do Congresso deve garantir a sua completa autonomia frente aos demais poderes. Deve ampliar a democratização do processo legislativo, quebrando a centralização exercida pelas mesas da Câmara e do Senado e o poder dos acordos de lideranças e garantindo aos parlamentares um melhor acompanhamento da dinâmica dos trabalhos e uma melhor preparação para debater os temas pautados. Deve assegurar a racionalização e a eficiência do funcionamento das Casas legislativas, implantando uma reforma administrativa, qualificando a assessoria e investindo na informatização do Congresso.

Deve moralizar o Congresso Nacional, conferindo transparência às medidas adotadas e eliminando privilégios e mordomias. Deve constituir vínculos mais sólidos com a sociedade civil, viabilizando audiências públicas e criando instrumentos que possibilitem uma melhor comunicação com a opinião pública. Nessa perspectiva, o Congresso pode inclusive desempenhar uma função da maior relevância na formulação de alternativas negociadas para a crise que contem com o respaldo de largas parcelas da sociedade e que, por isso mesmo, sejam viáveis.

A reforma da política terá de colocar no centro a questão da reformulação do sistema de governo, substituindo o presidencialismo imperial por um regime parlamentarista que democratize o poder sem tornar o Presidente da República uma figura meramente decorativa. Mas a im-

plantação do parlamentarismo será inócua se não vier acompanhada de uma reforma completa do sistema eleitoral. A adoção de um sistema semelhante ao alemão, de voto proporcional com distrital, no qual os partidos lançam candidatos em chapas proporcionais e em distritos eleitorais, será importante porque permitirá combinar um processo politizado com um controle maior dos eleitos pelos eleitores. Outra medida essencial será garantir que o voto de cada eleitor tenha o mesmo peso, eliminando a distorção que confere aos eleitores do Norte e Nordeste uma representação muito superior à dos eleitores do Sul e Sudeste. Ainda em relação ao sistema eleitoral será fundamental combater a política do cabresto, tornando o voto facultati-

vo. O enfrentamento do autoritarismo, incrustado no aparelho de Estado expresso, por exemplo, no poder legal da intervenção política de que ainda gozam as Forças Armadas — é incontornável para que tenhamos uma maior democratização da política. Assim como medidas que coíbam o peso do poder econômico e que possibilitem o controle dos meios de comunicação de massa pela sociedade civil.

O combate à corrupção e ao fisiologismo também requer ações contundentes. É preciso acabar definitivamente com as nomeações sem concurso público e com os concursos fraudados, e também com a imensa quantidade de cargos de confiança disseminados nos níveis municipal, estadual e federal. Aqui se impõe uma reforma ampla da burocracia baseada em critérios de profissionalização e eficiência, e uma total separação entre os partidos políticos e a administração pública.

José Genoio Neto é Deputado federal pelo PT de São Paulo.